

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra
Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

cidadãos confiam nos seus líderes e nas políticas governamentais. As pessoas tendem a confiar em governos que demonstrem capacidade de gerar crescimento económico, criar emprego, fornecer acesso a serviços sociais e a operar de uma forma transparente. A confiança no governo é mais baixa quando as expectativas dos cidadãos sobre a forma desejável de atuação são defraudadas. Nesta situação, a autoridade do governo e dos governantes é posta em causa. Durante uma crise económica, a incerteza sobre a capacidade do governo para superar os desafios impostos afeta negativamente a confiança no governo, o que pode resultar numa maior abstenção e desinteresse pela política, trazendo graves implicações para o funcionamento das instituições democráticas.

Cláudia Lopes

Constituição

A constituição enquanto documento fundamental da comunidade política relaciona-se estreitamente com os pressupostos de afirmação do Estado moderno: a nação soberana, o indivíduo cidadão e a separação de poderes. Verificam-se três desdobramentos. Primeiro, o de constituição da liberdade política moderna. Se a promessa de fundação constitucional moderna foi revolucionária, situando a soberania popular como poder constituinte originário, a credibilidade que convocou para a forma de governo democrática, na prática, afunilou o sentido e o alcance da própria democracia no âmbito de uma organização burguesa, liberal, oligárquica e censitária. O segundo aspeto é racional-legal, de estabilização da ordem política e racionalização da ordem jurídica em que a constituição valida as normas e os valores políticos, regulando os conflitos fundamentais de distribuição dos direitos e dos recursos de poder. Projeta-se assim um terceiro aspeto, a constituição como pacto social, que tem resistido ao enfraquecimento da soberania e à ineficácia da cidadania. Perante uma turbulência de escalas e de valores, as comunidades políticas nacionais têm sofrido o impacto cruzado quer da influência transnacional de poderosos atores políticos e económicos, quer da sobrecarga simbólica dos valores constitucionais. Testemunha-se o questionamento da legitimidade e da capacidade de integração das sociabilidades pela constituição, evidenciando-se que muitos dos denominadores comuns que orientaram o processo constituinte dos Estados modernos pronunciaram, sob a afirmação da igualdade, a exclusão e a invisibilidade da diferença dos povos constituídos.

Atualmente, assiste-se esperançosamente a um constitucionalismo vindo de baixo, influenciado pelos movimentos identitários de democratização e de libertação colonial e pós-colonial no Sul global (Brasil, África do Sul, Bolívia, Equador). A luta pela liberdade dos povos tem caminhado a par da luta pela libertação das armadilhas das constituições modernas.

Élida Lauris dos Santos

Consumo

O consumo compreende a atividade de uso e fruição de bens e serviços, surgindo como a última etapa de um processo que envolve também a produção e a distribuição. No caso dos indivíduos, o consumo destina-se não apenas a satisfazer necessidades fisiológicas, mas também necessidades sociais e culturais. É, por isso, também uma forma de os indivíduos se relacionarem entre si. O indivíduo não consome apenas um carro ou um iogurte, mas um *determinado* carro ou iogurte. O consumo contribui para a integração social dos indivíduos, colocando ao seu alcance os mesmos elementos de conforto dos indivíduos do mesmo estrato socioeconómico.

Esta dupla função do consumo – *satisfação de necessidades básicas e construção de identidade e pertença sociais* – está presentemente sob forte pressão. Com as dificuldades financeiras, os padrões de consumo das famílias portuguesas têm vindo a degradar-se. Primeiro foi a redução ou supressão de bens culturais e de lazer. Depois, dos transportes, equipamentos do lar, vestuário e calçado. Por fim, da própria alimentação. Estatísticas oficiais mostram um crescimento acentuado do consumo de produtos de “marca branca”, enquanto outros indicadores dão conta de um aumento dos pedidos de apoio a autarquias e a instituições de solidariedade social por parte de famílias que já não conseguem satisfazer as necessidades diárias de alimentação. Idosos, desempregados, famílias monoparentais ou com baixos rendimentos são grupos especialmente vulneráveis.

Esta redução dos níveis e da qualidade do consumo reflete-se igualmente no desempenho social e nas expectativas dos indivíduos. Comprar certas marcas ou produtos, jantar fora ou fazer férias, frequentar atividades extracurriculares ou ir ao cabeleireiro tornam-se consumos de luxo, inacessíveis para quem perde o emprego ou parte do salário. E isso agrava a imagem negativa que estas pessoas têm de si, enquanto as afasta do convívio